



EDSON JOSE ROSA JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO, A FUNÇÃO JUDICIAL.

Faculdade UnYLeYa

2017

EDSON JOSE ROSA JUNIOR

PODER JUDICIÁRIO, A FUNÇÃO JUDICIAL.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Direito Público da Faculdade Unyleya como requisito complementar e obrigatório à obtenção do título pós-graduado em Direito Público.

Faculdade UnYLeYa

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente á Deus por ter me dado o dom da vida, e á minha família e minha namorada por estar sempre ao meu lado.

EPÍGRAFE

“O insucesso é apenas uma
oportunidade para recomeçar de novo
com mais inteligência.”

(Henry Ford)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender como o Poder Judiciário atua na sua função judicial típica que lhe foi submetido. Para tanto, foram estabelecidos alguns objetivos intermediários que ajudariam na construção da resposta ao objetivo principal, Analisar a função típica do poder judiciário, Entender a importância da função judicial, Identificar os requisitos para exercer o poder jurisdicional. É uma das funções do Estado. A função jurisdicional compete ao Poder Judiciário. A jurisdição como função "expressa o encargo que têm os órgãos estatais de promover a pacificação de conflitos interindividuais, mediante a realização do direito justo e através do processo. O Poder Judiciário apresenta como função típica o exercício da função jurisdicional, ou seja, a função de fazer justiça, resolvendo os conflitos de interesses individuais, assegurando, assim, a ordem jurídica e a paz social (através do processo). Deve o Judiciário aplicar a lei aos casos concretos, distribuindo a Justiça aos que tenham direito, segundo os princípios elencados na Constituição Federal. Órgãos do Poder Judiciário são os juízes e tribunais, estes corpos colegiados, compostos de juízes. No desempenho de suas atividades funcionais, os órgãos da jurisdição necessitam de auxílio de órgãos secundários, como os escrivães, contadores, partidores, oficiais de justiça e muitos outros, aos quais são atribuídas funções integrativas e documentativas da exercida pelos primeiros.

Palavras chave: PODER JUDICIÁRIO, FUNÇÃO JUDICIAL, JUSTIÇA

ABSTRACT

This study aims to understand how the Judicial Branch acts in its typical judicial function submitted to it. To do so, some intermediate objectives were established that would help in the construction of the answer to the main objective, To analyze the typical function of the judiciary, To understand the importance of the judicial function, To identify the requirements to exercise the jurisdictional power. It is one of the functions of the state. The judicial function is incumbent upon the Judiciary. Jurisdiction as a function "expresses the burden of state bodies to promote the pacification of interindividual conflicts, through the realization of a fair and procedural right. The judiciary has as a typical function the exercise of the jurisdictional function, that is, the function to do justice, resolving conflicts of individual interests, thus ensuring legal order and social peace (through the process). Should the Judiciary apply the law to concrete cases, distributing the Justice to those who are entitled, according to the principles listed In the performance of their functional activities, the organs of the jurisdiction require the assistance of secondary organs, such as the clerks, accountants, paralegals, court officers, and other officers of the judiciary. justice and many others, to which are assigned integrative and documentary functions of the former.

Key words: JUDICIAL POWER, JUDICIAL FUNCTION, JUSTICE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 – OBJETIVO	9
1.1 – Objetivo Geral	9
1.2 – Objetivos Específicos	10
2 – JUSTIFICATIVA.....	11
3 – PROBLEMA.....	13
4 – FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	14
4.1 – Constituição Federal	14
4.2 – Poder Judiciário	15
4.3 – Supremo Tribunal Federal	16
4.4 – Superior Tribunal de Justiça	16
4.5 – Justiça do Trabalho.....	17
4.6 – Justiça Eleitoral	17
4.7 – Justiça Militar	18
4.8 – Função Judicial	19
4.9 – Autonomia.....	20
4.10 – Função Típica	21
5 – METODOLOGIA	24
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 prestigiou o Poder Judiciário com o monopólio da função jurisdicional, foi um marco jurídico e político do Estado Democrático de Direito, modelo de Estado com a participação popular em sua condução, bem como a salvaguarda dos direitos.

Atualmente é equivocada a ideia de "tripartição do poder", uma vez que poder é uma unidade indivisível, pertencente a União.

Sarmiento (2004, p. 375) defende que “os direitos fundamentais se constituem, ao lado da democracia, na espinha dorsal do constitucionalismo contemporâneo, sendo realidades históricas que resultam de lutas e batalhas travadas no tempo, em prol da afirmação da dignidade humana”.

O presente projeto tem o escopo de levantar questionamentos e dados acerca do papel da função judicial do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito. Para tanto, realiza, primeiramente, uma pesquisa bibliografia acerca do entendimento da função típica do poder judiciário.

1 – OBJETIVO

1.1 – Objetivo Geral

Compreender como o Poder Judiciário atua na sua função judicial típica que lhe foi submetido.

1.2 – Objetivos Específicos

1.2.1 Analisar a função típica do poder judiciário

1.2.2 Entender a importância da função judicial

1.2.3 Identificar os requisitos para exercer o poder jurisdicional

2 – JUSTIFICATIVA

A democracia evoluiu muito desde o tempo dos gregos. Outros institutos, tais como o princípio da separação dos poderes foram sendo acrescentados e consequentemente dividindo as funções exercidas por cada poder.

A função típica do poder judiciário é o exercício da função jurisdicional, que consiste na aplicação da lei ao caso concreto que lhe foi submetido para a resolução de uma lide, mas a momentos que esta função se confunde nos outros poderes, como, por exemplo, a competência atribuída ao Senado Federal para o julgamento de algumas autoridades pela pratica de crime de responsabilidade.

O Poder Legislativo possui função principal ou típica de legislar e fiscalizar, ou seja, elaborar leis, normas e legislações e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O Poder Executivo poderá também exercer função atípica ou secundária de julgar processo administrativo e legislar Elaboração de Normas regulamentares.

A função judicial é responsável pela pacificação das tensões sociais e jurídicas, A partir da função judicante, procuramos um ponto de equilíbrio na convivência social.

É o judiciário quem tem a função de interpretar a lei, aplicando-a ao caso concreto.

Ao julgar determinado caso, o Poder Judiciário analisa a legislação emanada do Poder Legislativo e quais as leis e normas aplicáveis a determinado caso.

Só que o poder judiciário também exerce funções atípicas, como por exemplo a função administrativa, quando realiza concursos públicos, nomeia aprovados, concede férias, realiza licitações.

É assegurada a autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, cabendo aos tribunais elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

O judiciário também exerce atipicamente função legislativa ao elaborar seus regimentos internos e editar portarias ou outros atos normativos internos

Diante dessas exceções que ocorre nos três poderes, judiciário, legislativo e executivo, faz se necessário um aprofundamento na função jurisdicional atribuída ao poder judiciário.

3 – PROBLEMA

De longa data, persiste a contenda doutrinária quanto à possibilidade de tribunais administrativos apreciarem a constitucionalidade ou legalidade de um dispositivo legal ou infralegal. Em outras palavras, há muito se discute se os tribunais administrativos podem ou não afastar a aplicação de um dispositivo normativo por ser ilegal ou inconstitucional.

O Governo não é só o Poder Executivo. É também o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O Legislativo e o Poder político. O Judiciário e o Poder moderador, aquele tem a missão de dirimir os conflitos de interesses entre as pessoas físicas e jurídicas.

Montesquieu, em seu estudo sobre o Estado Moderno, dividiu-o em três poderes, dentre os quais está o Poder Judicial ou Poder Judiciário. Ele é composto por ministros, desembargadores e juízes, os quais tem a função de julgar, de acordo com as leis criadas pelo Poder Legislativo e de acordo com as regras constitucionais do país.

Enquanto o Poder Legislativo ocupa-se em elaborar as leis e o Poder Executivo em executá-las, o Poder Judiciário tem a obrigação de julgar quaisquer conflitos que possam surgir no País, baseando-se nas Leis que se encontram em vigor. Cabe-lhe a função de aplicar as Leis, julgando de maneira imparcial e isenta, determinada situação e as pessoas nela envolvidas, determinando quem tem razão e se alguém deve ou não ser punido por infração à Lei.

Para solucionar estas diversas situações, o Poder Judiciário se utiliza do Processo Judicial, o qual irá confrontar a situação com as Leis elaboradas pelo Poder Legislativo, levando em consideração os costumes vigentes na sociedade e as decisões anteriores tomadas pelo próprio Poder Judiciário em situações iguais ou semelhantes à situação em questão.

4 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 - Constituição Federal

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 prestigiou o Poder Judiciário com o monopólio da função jurisdicional, foi um marco jurídico e político do Estado Democrático de Direito, modelo de Estado com a participação popular em sua condução, bem como a salvaguarda dos direitos.

A própria Constituição Federal fixa, em boa parte, a estrutura e competência dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro, dentro da concepção analítica de constituição. Nesse sentido, portanto, extrai-se diretamente da Constituição a organização básica de diversos tribunais, como a do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Superior Tribunal Militar. A organização interna, em geral, dos tribunais 16 brasileiros, é fixada nos respectivos regimentos internos dos tribunais, como previsto no art. 96, inciso I, a, da Carta Constitucional do Brasil de 1998.

Nesse sentido, o constitucionalista português José Joaquim Gomes Canotilho, ao se debruçar sobre o tema, tratando do “Estado constitucional moderno” como “Estado de direito democrático”, defende que:

O Estado constitucional é “mais” do que Estado de direito. (...) Só o princípio da soberania popular segundo o qual “todo poder vem do povo” assegura e garante o direito à igual participação na formação democrática da vontade popular. Assim, o princípio da soberania popular concretizado segundo procedimentos juridicamente regulados serve de “charneira” entre o “Estado de direito” e o “Estado democrático” possibilitando a compreensão da moderna fórmula Estado de direito democrático.

4.2 - Poder Judiciário

O Poder Judiciário é a instituição encarregada de administrar justiça por meio dos tribunais. Sua função é assegurar o amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis.

Para o professor Batista de Mello:

“O Poder Judiciário, é aquele constituído especialmente para assegurar a aplicação das leis e, como tal, para manter a inviolabilidade dos direitos individuais”.

Para o professor José Frederico Marques:

“Ao Poder Judiciário, cabe o poder de julgar, como também o de administrar e o de estabelecer fontes normativas do direito, quer suprimindo e completando o “jus scriptum”, quer descobrindo o direito costumeiro ou corrigindo e ampliando as regras legais em vigor”.

A apreciação do passado é imprescindível para uma compreensão do presente. Cabe denotar que a organização judiciária brasileira, no período colonial, seguia o modelo do Reino Português.

A presença de um Poder Judiciário forte, na formação de um Estado Democrático de Direito, é essencial para a organização de uma sociedade mais justa e democrática. A função típica do poder judiciário é o exercício da função jurisdicional, que consiste na aplicação da lei ao caso concreto que lhe foi submetido para a resolução de uma lide, possível exceção seja a competência atribuída ao Senado Federal para o julgamento de algumas autoridades pela prática de crime de responsabilidade.

Só que o poder judiciário também exerce funções atípicas, como por exemplo a função administrativa, quando realiza concursos públicos, nomeia aprovados, concede férias, realiza licitações.

O judiciário também exerce atipicamente função legislativa ao elaborar seus regimentos internos e editar portarias ou outros atos normativos internos

4.3 - Supremo Tribunal Federal

Com sede na Capital Federal, o Supremo Tribunal Federal é órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, composto de onze Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, dentre cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, embora o tribunal não seja apenas uma Corte Constitucional, pois, como se pode ver do art. 102 da Constituição Federal do Brasil de 1998, possui uma ampla competência originária e recursal.

4.4 - Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem como função precípua a uniformização da jurisprudência no âmbito da Justiça Comum (Federal e Estadual), mediante o julgamento dos recursos especiais, além de outras competências originárias, inclusive algumas que já foram, no passado, exercidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Sediado também na Capital Federal, o STJ, nos termos do art. 104 da Constituição, é composto de trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da

República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, sendo (I) um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais; (II) um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça; (III) um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.

4.5 - Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho é constituída do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e de Varas do Trabalho, nos termos do art. 111 da Constituição da República. O Tribunal Superior do Trabalho, sediado na Capital Federal, teve a sua composição formalmente ampliada, a partir da Emenda Constitucional n. 45, publicada no dia 31 de dezembro de 2004, para vinte e sete Ministros¹², escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo (I) um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público, com mais de dez anos de atividade; (II) os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior, nos termos do art. 111-A da Constituição.

4.6 - Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral é composta do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Juízes Eleitorais e das Juntas Eleitorais, nos termos do art. 118 da Constituição da República.

O Tribunal Superior Eleitoral possui sete Ministros, são escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, (a) de três juízes dentre os Ministros do Supremo

Tribunal Federal; de dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça; de dois juízes, por nomeação do Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 119 da Constituição da República.

4.7 - Justiça Militar

Justiça Militar possui competência para processar e julgar os crimes militares, assim definidos no Código Penal Militar, e é composta, no âmbito federal, do Superior Tribunal Militar e, na primeira instância, dos Conselhos de Justiça Militar, nos termos do art. 122 da Constituição da República e da Lei de Organização Judiciária Militar - LOJM (Lei n. 8.457/92).

O Superior Tribunal Militar constitui-se, conforme o art. 123 da Constituição, de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Marinha, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis. Estes últimos serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo (I) três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional; (II) dois, por escolha paritária, dentre juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

O Superior Tribunal Militar possui competência originária e recursal. Julga, por exemplo, em primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 6º da Lei de Organização Judiciária Militar, os crimes cometidos por oficiais-generais.

4.8 - Função Judicial

Primeiramente, é fundamental demonstrar a ligação entre o princípio da separação das funções do Estado, que funciona como um sistema de “freios e contrapesos”, e como isso dá ao Estado um caráter dinâmico nas suas relações e atividades, ressaltando-se que o poder exercido por ele é uno e indivisível.

São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, o executivo e o judiciário.

A Constituição brasileira de 1988 procurou assegurar ao Poder Judiciário a sua independência, conferindo-lhe a possibilidade de autogoverno, auto regulamentação e auto-organização, com o exercício de atividades normativas e da autonomia administrativa e financeira.

Nos termos do artigo 96 da Carta Magna, aos próprios tribunais cabe eleger os seus órgãos diretivos; elaborar os seus regimentos internos; organizar as suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva; propor a criação de novas varas judiciárias; prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, os cargos necessários à administração da Justiça; conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados. Por sua vez, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça compete propor ao Poder Legislativo respectivo a alteração do número de membros dos tribunais inferiores, a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes.

Nos termos do art. 99 da Constituição, é assegurada a autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, cabendo aos tribunais elaborar suas

propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

4.9 - Autonomia

A atual Constituição assegurou ao Judiciário, como forma de garantia institucional, a autonomia orgânico-administrativa.

A autonomia administrativa, como aquela da autonomia financeira, também inovada no texto constitucional de 1988, visa a contribuir para o resguardo da independência do Judiciário diante dos outros dois Poderes.

O poder judiciário é um dos três poderes reconhecido pela constituição. Essa, além de instituí-lo como poder independente ainda garante a mesma como cláusula pétrea em seu art. 60, §4º, III. Tal fato tem base na teoria dos freios e contrapesos (check and balance system) de Charles Montesquieu onde consta que “os três poderes são independentes e harmônicos entre si, é um sistema pelo qual os três poderes se regulam a fim de evitar abusos.

Podemos avaliar a independência do poder judiciário em diversos pontos da constituição como, por exemplo, as diversas prerrogativas da magistratura, assim como o art. 99 que ressalva a expressa garantia de autonomia administrativa e financeira do judiciário. Além de por óbvio observarmos que a própria guarda da Constituição Federal compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) – que é órgão maior do Judiciário nacional – como posto pelo art. 102, caput, CF.

A auto-organização de seus serviços, estabelecida pelo art. 96, incisos e alíneas, da Constituição Federal, acomete competência privativa aos tribunais para

eleger os seus Presidentes e demais titulares de sua direção, como também expressa a atribuição de editar as normas de sua organização interna; elaboração de Regimentos Internos; organização dos serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; proposição de criação de novas varas; provimento dos quadros da Magistratura; concessão de férias, licenças e aposentadorias, acometidas igualmente a cada tribunal, seja para os seus próprios membros, seja para os juízes e servidores que lhes forem subordinados.

É garantido ao Poder Judiciário total autonomia e independência para o imparcial exercício da jurisdição. Tais prerrogativas visam “blindar” o judiciário de qualquer tipo de ingerência ou pressão por parte dos poderes legislativo e/ou executivo. O livre exercício do judiciário é garantido pela constituição e protegido

4.10 - Função Típica

Como função típica (privativa) é o órgão encarregado de: fiscalizar a aplicação da lei; mandar cumprir as leis; e punir a todos aqueles que transgridam a ordem (ordenamento) social obrigatória, vale dizer, é todo ato jurisdicional – exercer a jurisdição é aplicar a lei a casos concretos, visando dirimir litígios, produzindo, assim, decisões definitivas que serão cumpridas coercitivamente – que tem a capacidade de produzir coisa julgada (imutável) – “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

A Constituição Federal Do Brasil de 1998 não define o que seja função judiciária, como também não define a função que respectivamente as exercem, indica o objeto da função no tocante ao órgão cuja competência delimita, sem a conceituar, no entanto.

No tocante ao Poder Judiciário, a função que lhe cabe especificamente e que, por isso, o distingue entre os demais poderes estatais é a jurisdição. Poder Judiciário, portanto, é aquele a que a jurisdição é atribuída como função específica e de grande peso.

Dentre as várias funções atinentes ao Estado, talvez a mais humana seja a função jurisdicional; não somente por estar mais próxima da sociedade, mas por ser a função que mais se exterioriza na concepção leiga dos litigantes. Sem desmerecer as outras funções, como a legislativa e a administrativa, a função jurisdicional vai até o campo de batalha tendo como único fito dirimir o conflito estabelecido pelas diferenças de interesse entre as partes e, com isso, atingir o bem comum, que por sua vez, pode ser visto, direta ou indiretamente, como sendo o objetivo de todas as outras funções do Estado

A jurisdição é a função, pelo menos predominantemente, do Estado, que consiste na aplicação do direito aos casos concretos conflituosos que lhe são submetidos à apreciação. Esta aplicação do direito deve ser compreendida em sentido amplo: providências que viabilizam a eficácia da decisão que resolve estes conflitos também são jurisdição e atividade destinada a tornar concretamente eficaz a decisão em que se terá aplicado a lei ao caso concreto, também deve ser vista como atividade jurisdicional.

A jurisdição civil é a que não é penal ou especial (trabalhista, militar e eleitoral). Trata-se, pois, de um conceito residual.

A jurisdição civil é exercida plenamente por todos os juízes e tribunais do país: daí ser incorreto afirmar-se que a competência é a medida da jurisdição, como se cada juiz só exercesse, quando em atividade, uma “parcela” da jurisdição.

Segundo o mestre OVÍDIO BATISTA:

"o Direito, antes de ser monopólio do ESTADO, era manifestação das leis de DEUS, apenas conhecidas e reveladas por sacerdotes".(SILVA,1991,p.17) E mais na frente, o mesmo afirma que: "A verdadeira e autentica Jurisdição apenas surgiu a partir do momento em que o ESTADO assumiu uma posição de maior independência, desvinculando-se dos valores estritamente religiosos e passando a exercer um Poder mais acentuado de controle social."(SILVA, 1991,p.17)

Em conclusão cabe lembrar a citação do professor Alexandre de Moraes, que afirma ser ilegítima qualquer tentativa do executivo ou legislativo de alterar o número de ministros do STF (11), configurando assim a intenção de desrespeito à autonomia da própria corte ou de suas decisões, dessa maneira ferindo a garantia de independência do poder judiciário. Em suma ressalta, "qualquer alteração constitucional na composição do STF deverá respeitar a independência do poder judiciário e ser movida como forma de emenda constitucional".

Por fim, o Poder Judiciário, é aquele que por meio dos órgãos que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê, exerce, preponderante e especificamente, a função jurisdicional, para, desse modo compor a resolver litígios, dando a cada um o que é seu, mediante a aplicação do direito objetivo.

5 – METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para pesquisa neste trabalho. Quanto aos fins é classificada como descritiva, explicativa, pois visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para compreender como o Poder Judiciário atua na sua função judicial típica que lhe foi submetido, aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto aos meios é considerada bibliográfica, pois, a pesquisa se iniciou com um levantamento bibliográfico na área do Direito Público, com foco no poder judiciário, onde se enfatiza a sua função típica judicial. Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Quanto à abordagem a pesquisa é classificada como qualitativa, pois não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Um estudo sistematizado com base em material publicado em livros, revistas especializadas, redes eletrônicas. Serão informadas e analisadas a função típica do poder judiciário, entender a importância da função judicial, identificar os requisitos para exercer o poder jurisdicional. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo compreender como o Poder Judiciário atua na sua função judicial típica que lhe foi submetido. Para tanto, foram estabelecidos alguns objetivos intermediários que ajudariam na construção da resposta ao objetivo principal, são eles:

- Analisar a função típica do poder judiciário
- Entender a importância da função judicial
- Identificar os requisitos para exercer o poder jurisdicional

Estes objetivos foram alcançados através de pesquisa em livros, artigos, sites, e outros documentos sobre os assuntos propostos no referencial teórico. A partir de tudo o que foi esclarecido e pesquisado sobre o tema abordado, pode ser considerado os seguintes pontos:

O Poder Judiciário é a instituição encarregada de administrar justiça por meio dos tribunais. Sua função típica é assegurar o amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis.

O poder judiciário é um dos três poderes reconhecido pela constituição. Essa, além de instituí-lo como poder independente ainda garante a mesma como cláusula pétrea. Tal fato tem base na teoria dos freios e contrapesos (check and balance system), onde consta que “os três poderes são independentes e harmônicos entre si, é um sistema pelo qual os três poderes se regulam a fim de evitar abusos.

A presença de um Poder Judiciário forte, na formação de um Estado Democrático de Direito, é essencial para a organização de uma sociedade mais justa e democrática

Como foi ressaltado durante o presente estudo, a função típica do poder judiciário é extremamente importante e valiosa para o bem-estar de um país sólido e democrático.

Durante o estudo percebemos também que o poder judiciário também exerce funções atípicas, como por exemplo a função administrativa, quando realiza concursos públicos, nomeia aprovados, concede férias, realiza licitações, também exerce atipicamente função legislativa ao elaborar seus regimentos internos e editar portarias ou outros atos normativos internos.

O Poder Judiciário no exercício das funções judiciais edita atos jurisdicionais, atos administrativos e atos legislativos.

Os atos legislativos, judiciais e administrativos, exercidos por qualquer dos denominados Poderes, não perdem e não podem perder a sua identidade própria. Os atos legislativos proclamados pelo Legislativo, pelo Judiciário e pelo Executivo são atos legislativos. Os atos jurisdicionais sentenciados pelo Judiciário como pelo Legislativo sempre estarão sob o regime de atos jurisdicionais.

Desta forma, o presente trabalho procurou conhecer a importância da função típica do poder judiciário, analisar a sua função típica e identificar os requisitos para exercer esse poder. Não esgotamos todo o assunto sobre o tema, para futuros trabalhos sugerimos uma pesquisa mais aprofundada sobre a competência de cada tribunal superior, com por exemplo a Justiça Trabalhista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005,

Direito Constitucional Descomplicado - 13ª Edição – 2014 - Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29. ed. atual. amp. São Paulo: Saraiva, 2002. 349 p.

HART. Herbert L. A. O conceito de direito. 2. ed. Trad. A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Teoria da decisão judicial: fundamentos de direito. Trad. Bruno Miragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CAMPILONGO, Celso Furtado. Os desafios do Judiciário: um enquadramento teórico. In: FARIA, José Eduardo (org.). Direitos humanos, direitos sociais e justiça. São Paulo: Malheiros, 2002

MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 10ª ed. r e v., atual. e ampl.; São Paulo: Editora Método, mar./2006.

MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 27ª ed., r e v. e atual. pelo prof. Miguel Alfredo Malufe Neto; São Paulo: Saraiva, 2007.

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição; Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 23ª ed.; São Paulo: Atlas, 2008